



**ATA N.º 62/XII-4º/2020-21**

1 - Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, por videoconferência através da plataforma cisco webex meetings, realizou-se a Sessão Extraordinária de março da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da proposta da Mesa da Assembleia Municipal sobre “Proposta de Adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM)”;

3.2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Anual de Atividades para 2021 do Provedor dos Animais do Município de Almada”;

3.3 – Apreciação e votação da proposta de designação de um cidadão pela Assembleia Municipal para a equipa de análise técnica das propostas de âmbito municipal do Orçamento Participativo do Município de Almada;

3.4 – Apreciação e tomada de conhecimento da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração à data de 31 de dezembro 2020: Compromissos plurianuais; Pagamentos em atraso e Recebimentos em atraso”;

3.5 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Informática dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada. Designação dos membros de Júri”;

3.6 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU do Pragal”;

3.7 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Cacilhas”;

3.8 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Sobreira”;

3.9 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica”;

3.10 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e GOP de 2021”;

3.11 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Disponibilização lote de terreno localizado nas traseiras da Escola Cacilhas – Tejo, Margueira Nova, em Almada para habitação através de auto de cessão pelo IRHU”;

3.12 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2021”;

3.13 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município de Almada à organização Mayors for Peace”;

3.14 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pizarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

**4** - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

**4.1** – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS), Débora Figueiredo de Carvalho Rodrigues (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Carlos Manuel Coelho Revés (CDU).

**4.1.1** – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS), André Macedo Soares Ferreira (PS) por impedimento de Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa (PS), José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas.

**4.1.2** – O Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã solicitou a sua substituição pelo eleito João Fernando Filipe Marcos e a Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica Trafaria Teresa Paula de Sousa Coelho solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.

**4.2** - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago David Costa Galveia em substituição da Senhora Vereadora Maria Amélia de Jesus Pardal e por impedimento do eleito Rui Jorge Palma de Sousa Martins e da eleita Ana Cláudia Alves Dias.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos, registando-se não haver inscrições.

**6** – Foi declarado aberto o período de antes da ordem do dia;

**6.1** – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind), para apresentar uma recomendação sobre “Discussão pública do processo de intervenção no Eixo Central de Almada”

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na reunião do Executivo de dia 15 de fevereiro de 2021, foi aprovada uma intervenção no Eixo Central de Almada, composta por várias fases.

É fundamental que o Executivo Municipal faculte aos eleitos e eleitas da Assembleia Municipal, à população, aos comerciantes e demais forças vivas do Concelho, informação concreta sobre aquilo que foi aprovado na já referida reunião de 15 de fevereiro de 2021, acompanhada dos respetivos estudos e projetos.

Igualmente necessária será a promoção duma ampla discussão pública para que todos possam ser ouvidos e possam dar o seu contributo informado.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida extraordinariamente no dia 18 de março de 2021, nos termos do Regimento Artigo 14º, número 1, alínea b), recomenda ao Executivo da Câmara Municipal de Almada que promova uma informada e esclarecedora discussão pública sobre todas as fases do projeto de intervenção no Eixo Central de Almada, conforme divulgado no sítio da internet da Câmara Municipal de Almada e pelo Vereador do Pelouro em entrevista a um jornal eletrónico local.



**6.2** – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ivan Costa Gonçalves (PS), Carlos Fernando Guedes (Ind), Pedro Miguel Matias (PS), o Senhor Vereador Miguel Ângelo Salvado e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

**6.2.1** – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo tido conhecimento da recomendação apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, de imediato solicitei aos serviços que enviassem para a Assembleia Municipal e para todos os Senhores/as Deputados/as Municipais, toda a documentação que foi presente na reunião de Câmara, embora ela seja pública, mas para o caso de não receberem, portanto, toda a documentação relativa aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara e que já está aprovado. Já está aprovado e já está a andar. Como eu disse diz respeito à fase 1, estamos a falar das duas rotundas do eixo central que juntamente aliás, com o protocolo que foi assinado com o IMT e o MST, eu não vou ler toda a documentação porque é muita, diz respeito a toda a especialidade, mas sempre no que diz respeito à primeira fase, estas duas rotundas, com uma série de anexos, que vão desde a instalação de equipamentos de sistemas de drenagem, e águas residuais domésticas, eu não vou ler tudo porque é de facto muito extenso, são muitos. O cadastro das infraestruturas de abastecimento de água, os arranjos dos espaços exteriores, os desenhos naturalmente, em detalhe das duas rotundas, a sinalização e segurança, o estaleiro de trabalhos preparatórios e acessório. Portanto, não há aqui nada que não seja totalmente transparente e claro. Volto a repetir o que disse na última reunião de Câmara, mas o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, insiste em criar suspeições onde não há, as duas rotundas de facto, já estão aprovadas, estão a andar, a obra vai avançar. O resto do eixo, tal como já tinha dito mesmo sem recomendação, total abertura para podermos debater aquilo que é a nossa ideia junto das populações, fazer sessões de esclarecimento e até fazermos inquéritos à população.”

**6.2.2** – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito sucintamente. Em primeiro lugar, nós não podemos deixar de o assinalar, que este tipo de documento, no nosso entender, não devia ser discutido na reunião de hoje. E não devia porquê? Porque existe um entendimento entre todos os Grupos Municipais desta Assembleia Municipal e de todos os Senhores Deputados/as Municipais desta Assembleia, no sentido de que as Sessões Extraordinárias não tenham um período de antes da ordem do dia. Este entendimento já foi infelizmente quebrado há uma ou duas reuniões atrás pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, para apresentação de declarações políticas, nós entendemos que quando os entendimentos existem eles devem ser cumpridos, e hoje é mais uma vez rasgado para a apresentação de uma recomendação, que de facto, não nos parece que tenha nada de urgente que o justifique. Este é um ponto que é apenas formal, nós não nos revemos nesta forma de tratar os entendimentos, porque se eles não fazem sentido, então discutem-se e não entendimentos. A partir do momento em que são, ainda para mais com questões que são de *lana caprina* como já se viu.

Sobre a questão de conteúdo. Nós não temos nada a obstaculizar a esta recomendação, de facto, e a Senhora Presidente da Câmara Municipal já o disse e bem, a informação está disponível, já foi disponibilizada relativamente aquilo que já foi adjudicado, relativamente a um possível e futuro e possíveis futuras fases de requalificação do eixo central, como é óbvio, a Câmara Municipal tem promovido ao longo deste mandato também e também é notório as discussões que são necessárias fazer relativamente a cada um das obras que estão em curso, das obras que valem a pena, necessariamente não se espera que por cada rotunda se faça uma discussão pública ou pequena abertura de rotunda, esperamos que não seja isso, mas em todos os projetos que assim o justificam, essa discussão é feita e tem vinda a ser feitas e será com certeza feita no futuro. Portanto, aquilo que está na recomendação, parece-nos que é verdadeiramente inóculo, o Partido Socialista abster-se-á nesta recomendação. Aquilo que é importante de facto, é que os problemas dos almadenses sejam resolvidos e neste caso, e é essa a questão que nos importa mais ressaltar, a questão que consta da primeira parte deste programa, que é abertura da rotunda do Central, e aquela pequena intervenção na outra rotunda que está em



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

causa, essas intervenções são importantes para quem, como a maioria de nós mora no Concelho de Almada, eu até moro relativamente perto dessa rotunda e sei das dificuldades que os almadenses ali passam quando querem circular, quando aquilo que nós vamos fazer numa cidade que tenha qualquer vislumbre daquilo que é um plano de mobilidade, é tentar que os carros circulem o mais depressa possível nos seus eixos principais e não que fiquem acumulados em engarrafamentos ou em voltinhas que são absolutamente desnecessárias.

Portanto, esta intervenção que vai ser feita na rotunda do Central é claramente importante e quanto ao mais, obviamente, antes de se fazer qualquer outro tipo de intervenção mais profunda, essa discussão será feita como a Senhora Presidente da Câmara Municipal já disse e, portanto, podemos seguir em frente para aquilo que verdadeiramente importa nesta reunião.”

### 6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vamos lá ver uma questão. Em primeiro lugar eu gostaria de registar que de facto, o executivo decidiu, fui agora ver, às 20H55 remeter toda a documentação aos membros desta Assembleia Municipal, de algo que foi aprovado no dia 15 de fevereiro. Mas, passando por cima disso e agradecendo o gesto, eu não posso passar por cima e não posso continuar a passar por cima, do que aqui foi dito. A Senhora Presidente, disse hoje e passo a citar: “O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes insiste em levantar suspeições”. O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, que é o líder do Grupo Municipal do PS, começou por referir o entendimento entre todos os/as Deputados/as Municipais, e o entendimento foi rasgado. Eu recorro ao Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, eu não faço parte desse entendimento porque não fui consultado sobre ele. Portanto, está no Regimento que nas reuniões da Assembleia Municipal podemos entregar documentos no período de antes da ordem do dia, foi isso que eu fiz.

É triste que o Senhor Deputado Municipal considere que isto são questões de Lana Caprina, é triste porque eu dispensei os epítetos, o que para o Senhor Deputado Municipal é uma questão de Lana Caprina, não é para mim, e eu não percebo, a sério. A semana passada veio aqui a esta Assembleia Municipal, falar um Município, o Senhor Município Rui Sebastian, recebeu da parte da Senhora Presidente da Câmara, no final da sua intervenção, da sua resposta o seguinte: “Eu não sei qual foi a realidade que andaram a veicular”. O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, disse e passo a citar: “Esta petição é o resultado de uma política reiterada, que ao longo dos últimos 3 anos tem vindo a fazer escola aqui em Almada, vão lançando desinformação e sem dados nenhuns, acabam por alarmar a população”. Hoje o Senhor Deputado Municipal insiste na questão de dizer uma questão de Lana Caprina, a seguir o Senhor Deputado Municipal termina dizendo que são notícias falsas sem adesão à realidade. Ora, vamos lá ver, não há espaço para este tipo de acusações e para este tipo de suspeitas lançadas, quer pela Senhora Presidente da Câmara, quer pelo Senhor Líder da bancada, Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves. Eu sempre fiz política de forma clara e olhos nos olhos, e acho que os Senhores têm memória disso, é aliás, uma forma bastante usual que eu tenho de fazer política, nunca deixei nada por dizer, e isso levou-me, por exemplo, inclusivamente, a zangar-me com o Partido pelo qual fui eleito e passar à condição de independente. Agora, não há aqui nenhum truque escondido na manga e por muito estranho que vos pareça, ou que vos possa parecer, há formas de fazer política e de intervir na sociedade, que podem efetivamente querer dar resposta aos anseios da população. Não há nada mais legítimo do que em democracia, um eleito pelo povo, querer ou pretender dar voz a esse mesmo povo. Se os Senhores não têm memória, eu tenho e recorro-me e recorro-vos que estar sentado na vossa bancada, um ilustre membro dirigente do Partido Socialista que há em 2009, 2013, andou a dinamizar uma coisa que se chamava em Almada que se chamava Plataforma da Cidadania do Concelho de Almada. Um dia foram desmascarados e ai sim, andavam a veicular mentiras em cima de mentiras até que um dia foram desmascarados e puf, a plataforma desapareceu. Mas para nós em Almada para alguns de nós, a política e a intervenção fazem-se com dignidade, e todos nós fizemos um juramento quando tomamos posse nesta Assembleia Municipal, e juramento dizia qualquer coisa como: “Cumprir com lealdade as funções que nos são confiadas”. Saibamos honrar esse compromisso e esse juramento.”

### 6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a questão do entendimento, esse entendimento existe desde o início do mandato, e foi rigorosamente estabelecido quando o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes fazia parte da Conferência de Representantes. Podia não ter existido, aliás, é o primeiro mandato em que eu sou Deputado Municipal nesta Assembleia Municipal, e pelo que percebi é um entendimento que até já vinha de trás. Eu só sinalizei o facto que não me pareceu que este seja o método apropriado de ter este tipo de discussões.

Sobre a questão de não haver espaço para algum tipo de opiniões, Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, também quero dizer com toda a franqueza que, há espaço para as minhas opiniões e para as opiniões do Partido Socialista como há espaço para as suas, é assim que se faz o debate democrático, não são só as suas opiniões que são validas, as dos outros também são. Portanto, há espaço para essas opiniões, porque tem que haver. Porque é assim que uma Assembleia Municipal funciona.

E sobre as notícias falsas, é por demais evidente, que andou a circular nas redes sociais, foram imagens que não têm adesão nenhuma à realidade, porque de facto não há nenhuma decisão tomada relativamente aquilo que vai acontecer no eixo central. A partir dessas imagens que não têm adesão à realidade, constrói-se todo o tipo de narrativas para chegar ao ponto de estarmos aqui a discutir uma coisa como se fosse um facto consumado, uma coisa que de facto não é. É um projeto que existirá um dia e que quando existir, já se percebeu, será público. Nem sequer me parece que haja aqui mais questão para estarmos a continuar este debate. O Senhor Deputado Municipal tem o direito de apresentar as recomendações que entende, nós temos o direito de concordar com elas ou não, que é assim que se faz o debate democrático. Da mesma forma e eu posso, também tenho esse direito, considerar que não é lançando, não estou a dizer que foi o Senhor Deputado Municipal que o fez, mas não é lançando nas redes sociais informação que não é verdadeira, que depois a partir daí se pode construir uma narrativa que atende sobre alguma coisa que eventualmente poderia existir, mas que na prática não há dados nenhuns que nos diga que vai existir. A Câmara Municipal já forneceu toda a informação sobre aquilo que foi aprovado na reunião de Câmara Municipal dia 15, os/as Deputados/as Municipais podem pedir informação sempre sobre aquilo que se passa na Câmara Municipal, também não percebi qual é que é a insinuação pelo facto de ter sido disponibilizado hoje a documentação. A Câmara Municipal é um órgão à parte, os Senhores Vereadores tiveram acesso a essa documentação, a Câmara Municipal entendeu face à discussão que íamos ter, disponibiliza-la hoje aos Senhores/as Deputados/as Municipais, que fazem parte de outro órgão, acho que é um sinal de transparência. Se não há nenhuma questão aqui, se não há nada que não seja transparente, confesso que não percebo muito bem o que é que agora estamos aqui a discutir. Cada um tem direito à sua opinião, nós até tendemos a concordar com as decisões que são tomadas pelo executivo, devem ser tomadas de forma transparente, a Câmara Municipal também concorda, a Senhora Presidente já o disse, portanto, não há aqui questão nenhuma. Assunto arrumado. Mais uma vez devemos ir ao que importa que é a ordem do dia desta Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal.”

**6.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta questão sobre o eixo central e à própria petição, gostaria de salientar três ou quatro questões, mas antes de começar queria dizer uma coisa. Há pouco vi o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes a falar e depois não tinha tempo, e vi a CDU a ceder tempo, não sei se o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes está a falar como Deputado Municipal Independente, se como Deputado Municipal em nome do Bloco de Esquerda, ou em nome da CDU, mas deixe-me lembrar-lhe uma coisa, é que Roma não paga a traidores, portanto, veja lá o que é que está a dizer e o que é que está a fazer.

Mas remetendo isto agora, para aquilo que é a tal petição, eu recordo que em 2013, estava em Almada e acompanhei de muito perto o Acessibilidades 21, e não vi o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, nem ninguém ligado penso que na altura ao Bloco de Esquerda e até a outros partidos, levantado a questão de um plano, que foi o plano mais desastroso que aconteceu em Almada, que foi inverter tudo o que era trânsito, destruir o centro da cidade, como sabe o centro da cidade foi completamente destruído pelo Acessibilidades 21.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Câmara Municipal de Almada, na altura dirigida pelo Partido Comunista gastou com uma empresa suíça que fez um estudo o tal acessibilidades 21 gastou 500.000.00€ (quinhentos mil euros), para fazer o tal estudo e um mês depois o Acessibilidades 21 tinha sido enviado às malvas, enviaram-no para o caixote do lixo o Acessibilidades 21. Portanto, e com isto destruíram milhares de postos de trabalho e como diziam alguns do Partido Comunista, que eu ouvi e estive presente em muitos debates, recordo-me de um na Incrível Almadense, que foi, não palavras para qualificar. Em que chamavam aos comerciantes, tipo, capitalistas. Portanto, não são capitalistas, eram projetos de vida, eram pessoas que viviam dos seus negócios, que pagavam as contas dos seus negócios, que tinham uma vida estável, participavam na criação de valores de riqueza em Almada e para o país, e que o Acessibilidades 21 destruiu vidas, destruiu projetos de vida, por uma questão sem nexos, completamente desfasada daquilo que era a realidade do Concelho e a necessidade de Almada. É claro que o Acessibilidades 21 durou um mês, foram 500.000.00 (quinhentos mil euros) que foram jogados fora, foi um conjunto de vidas que foram completamente destruídas, não houve capacidade de ouvir os comerciantes, de perceber aquilo que era o trânsito em Almada, o que era o fluxo em Almada dos próprios negócios e da vivência dos almadenses e nunca vi o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes na altura preocupar-se com os comerciantes que ficaram com a vida completamente destruída, empenhados muitos deles, com vidas muito difíceis, do qual eu acompanhei, inclusive houve um até que se suicidou e nunca vi o Senhor vir aqui, o Senhor nunca acompanhou isto, não sabe. Portanto, era importante, muita gente fazer uma reflexão profunda, as petições todas boas, são democratas, nós vivemos num país livre e democrático. Eu percebo que as petições servem para tudo, eu até gosto delas, porque criam debate, criam reflexão, criam pontos de vista diferentes e é assim que se constrói a democracia. Não vejo problemas nenhum. Não vejo é preocupação, vejo muita preocupação do que é restabelecer aquilo que é o fluxo da cidade, que já era, já existia, o Acessibilidades 21 morreu ao fim de um mês. Portanto, o que está lá hoje é o que vai ficar, a única coisa que vai acontecer é poderem circular na Praça do MFA. Dizer que é importante estas coisas todas, o Senhor Deputado Municipal faz muito bem em fazer petições e penso que a Câmara Municipal de Almada deve responder objetivamente com aquilo que é o passado e aquilo que é o futuro.”

**6.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind.):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias, escusa de tentar usar a ironia, o Senhor Deputado Municipal terminou a sua intervenção dizendo que somos um país livre e democrático, efetivamente somos, felizmente. Quando o Senhor pergunta se não sabe ou afirma que não sabe se eu estou a falar em meu nome próprio ou da CDU, eu pergunto ao Senhor Deputado Municipal se alguma vez me ouviu falar aqui em nome de alguém que não eu, ou do partido pelo qual fui eleito enquanto fui membro desse partido? Está a brincar com quem? É admissível utilizar esse tipo de argumentação numa Assembleia Municipal? Acha mesmo, mesmo que é admissível fazer isso? Enquanto fui líder do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, cedi tempo a vários Grupos Municipais nesta Assembleia Municipal, inclusivamente já depois disso à Senhora Presidente da Câmara Municipal para poder responder a questões que eu levantei. Portanto, tenha vergonha nas coisas que diz Senhor Deputado, e respeite quem aqui está. Porque eu fui eleito para estar aqui, o Senhor foi eleito por uma questão que para mim é uma lacuna na Lei, mas é democrático e eu tenho que o aceitar aqui.”

**6.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não estou a pôr em causa as dúvidas que o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes terá sobre esta ou qualquer outra obra absolutamente legítima e aliás, é função dos Senhores/as Deputados/as Municipais interrogarem, saber. Relembro só que, as propostas que vão a reunião de Câmara, são públicas, eu neste momento, não consegui verificar se já está publicado, se não está, às vezes é verdade que demoram a publicar as decisões da Câmara, mas uma proposta que vai reunião de Câmara é pública. Portanto, o que eu digo, é que não precisa de fazer uma recomendação como se houvesse aqui qualquer intenção de escamotear ou de esconder. Quando eu digo: “não levante insinuações”, sobretudo não faça como se houvesse qualquer intenção de esconder uma proposta que é pública. Não há uma agenda para além daquela que não só foi apresentada



em reunião de Câmara como aquela que eu disse. Portanto, eu tenho todo o gosto, eu vou começar já a organizar a tal sessão de esclarecimento, mobilizando a população em torno do eixo central. Se for essa a vontade dos Senhores/as Deputados/as Municipais, mas eu antes mesmo de uma recomendação já tinha dito que o faríamos. Portanto, tenho todo o gosto de começarmos já a organizar essa consulta pública em torno do eixo central e até se quiser das outras obras todas. Podemos falar também da Estrada Florestal, da Avenida d o Mar, tenho todo o gosto em começar a organizar sessões públicas para debater essas obras, para depois não vir a ser acusada de omitir coisas. Eu não é do que é que depois virei a ser acusada de outra maneira. Mas muito bem, vamos a isso.

Portanto, quero deixar só esta garantia, de facto o estudo das duas rotundas foi o projeto mais estudado de todos, foram dois e meio de negociação com IMT e com o Metro Sul do Tejo, por causa de um contrato de concessão, que de facto não nos torna completamente Senhores do nosso território naquela zona e felizmente conseguimos e aqui deixo também uma palavra à Mónica da Associação dos Comerciantes que desde o primeiro dia que me veio solicitar este caso. Não iniciamos de imediato, estivemos a estudar, iniciamos conversações justamente com quem de direito e neste caso com a Autoridade ao nível de Mobilidade e Transportes.”

**6.2.8 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este processo foi dos primeiros em que recebemos representantes daquela zona a pedirem-nos a abertura da rotunda do MFA entre outras situações, ele é público, está distribuído. Eu ainda hoje tive o cuidado de ver a quantidade de informação do todo o nível, tal como a Senhora Presidente da Câmara aqui disse e bem, que foi a reunião de Câmara, temos todo o gosto de partilhar e vamos ser francos, nós queremos ouvir as pessoas apesar de nós há muitos anos de estarmos no território em Almada, e sabemos tudo aquilo que foi dito aqui pelo Senhor Presidente de Junta Pedro Matias, como os trabalhos da TRANSITEC e por aí fora. Reiterar esta total disponibilidade, o executivo desde a primeira hora disse que queria também efetuar esta intervenção, aliás, faz parte dos programas políticos e em breve, na próxima reunião de Câmara, penso que irá já a votação da nova Avenida do Cristo Rei, está um processo onde nós já temos agendada uma sessão de esclarecimento no Mercado das Torcatas, há muito tempo, ainda não pôde realizar por causa das condições do Covid-19, mas pode ter a certeza que iremos e estão desde já convidados, por exemplo, esse é um projeto que assim que pudermos vamos também apresentar à população.”

**6.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind.):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara insiste em dizer que eu venho para aqui com insinuações e que venho para aqui dizer que estão a esconder coisas, quando eu, em momento nenhum disse tal coisa. Senhora Presidente, não se ria que lhe fica mal, eu não rio quando a Senhora estás a falar. Respeite o sítio onde está. Está numa Assembleia Municipal para a qual nós fomos eleitos. É a única coisa que lhe peço. É respeito. Em momento nenhum eu vim para aqui com insinuações ou dizer que a Câmara Municipal está a esconder coisas, aquilo que defendo é que o processo no seu todo seja discutido com a população, é simples. Não fiz insinuação nenhuma em momento algum.”

**6.2.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, não fui eu que usei a palavra que faz política com dignidade, suponho que era em comparação não sei com quem. Todos nós fazemos política com dignidade. Todos nós respeitamos as opiniões dos outros. Agora, espero que ainda possamos ter reações, rir, às vezes até zangarmo-nos com as atitudes dos outros, contestar, apoiar, quer dizer são reações humanas. E, portanto, peço desculpa Senhor Deputado Municipal, se o ofendi com o meu riso, mas acho que nunca deixarei de rir.”

**6.2.3 –** Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 14 do Grupo Municipal da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Juntas de Uniões de Freguesias que o integram, 3 do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN,



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Fernando Guedes, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; e 18 votos de abstenção sendo 13 do Grupo Municipal do PS incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6 – Foi declarado aberto o período da ordem do dia;

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem do dia relativo à proposta da Mesa da Assembleia Municipal sobre “Proposta de Adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM)”;

6.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta de Adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais, é uma proposta que é feita pela Mesa, já foi anunciada na Conferência de Representantes, propõe-se que o Município adira à Associação Nacional das Assembleias Municipais, que tem como propósito valorizar o papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos Municípios. É uma Associação complementar à Associação Nacional dos Municípios, e visa criar condições para que as Assembleias Municipais desenvolvam as suas funções de representação e também de fiscalização da Assembleia de forma crescentemente mais aprofundada, em benefício obviamente do funcionamento do Poder Local.

Aquilo que se propõe é que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal a adesão, a Câmara Municipal deliberará a seguir se for esse o entendimento, no sentido de que, se processe a adesão do Município à referida Associação e no final haverá uma votação da Assembleia Municipal que no fundo conclui o processo no sentido que essa adesão se faça.

Este processo é em três momentos, visa no fundo dar mais certeza jurídica a todo o processo, que é feito nos termos da Lei nº 54/98, o Regime Jurídico das Associações Representativas de Municípios e das Freguesias e, portanto, no final poderemos ter a certeza de que a adesão é feita de forma juridicamente válida e produzindo efeitos para o futuro.

Dizer também, que neste momento a Associação Nacional das Assembleias Municipais, tem a adesão da maioria dos Municípios, tanto do Continente como das Regiões Autónomas. No que respeita à Península de Setúbal, neste momento já há três Concelhos que aderiram à Associação Nacional das Assembleias Municipais, trata-se do Concelho do Montijo, do Barreiro e do Seixal. Em todos esses Concelhos a proposta recolheu uma aprovação generalizada e, portanto, é essa a expectativa também, uma vez que esta proposta se destina a criar condições para que o exercício das competências da Assembleia Municipal, se faça como já referi, de forma crescentemente aprofundada.”

6.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Galdes (CDU, Maria Luís Albuquerque (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Ivan Costa Gonçalves (PS), a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, apenas para lhe pedir que esclareça o termo generalizado que utilizou para qualificar a aprovação desta proposta nos Municípios da Península de Setúbal. O que é que generalizado significa.”

6.1.2.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, admito que poderia ter utilizado outro termo, mas pelo termo que utilizei, quis significar que a maioria das forças políticas presentes nas respetivas Assembleias Municipais votaram a favor, sendo que apenas tanto quanto sei, a CDU terá votado contra, obviamente que é uma força política com uma representatividade assinalável, mas as propostas foram aprovadas pela maioria das forças políticas presentes.”



JK

**6.1.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luí Albuquerque (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer brevemente que o PSD vai votar favoravelmente esta proposta, entendemos que com o acréscimo de competências que os Municípios têm vindo a ter neste processo de competências para eleitos locais, que o fórum de discussão nos permita ter mais conhecimento, mais capacidade e mais possibilidades de debate com competências acrescidas e maiores responsabilidades, será benéfico e é por essa razão que o PSD votará favoravelmente a proposta apresentada.”

**6.1.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para clarificar que generalizado não é a mesma coisa que maioria, são palavras com significado completamente e diferente e a CDU que é o maior grupo Municipal da Assembleia Municipal de Almada, vai votar contra esta proposta. Portanto fica expresso o sentido de voto da CDU.”

**6.1.2.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar também indicação e saudar esta proposta que vem hoje aqui a esta Assembleia Municipal. O CDS-Partido Popular irá dar também o voto positivo a esta proposta que entende que é uma proposta que vem ao encontro daquilo que também são os anseios dos Deputados Municipais e valorização das Assembleias Municipais, existe a Associação Nacional de Municípios, existe a ANAFRE o porquê de não haver também um órgão que defenda e que faça cumprir aquele que é o trabalho e todo aquilo que é efetivamente as atribuições e as competências das Assembleias Municipais, eu tive o cuidado de ler a proposta que foi enviada como também tive o cuidado de ver aquilo que é o site desta nova Associação, que tem muitos Municípios que já aderiram, as Assembleias Municipais de muitos Municípios. E, portanto, entendemos como também já aqui foi dito, com as novas competências e com as novas atribuições que vêm para os Municípios e nomeadamente o papel que as Assembleias Municipais irão ter também nesse trabalho, e sendo também o Município de Almada um dos maiores Municípios do país, com o trabalho que tem vindo a ser feito e com aquelas competências, e com muito trabalho que um Município como Almada tem, acho que é valorizar o papel das Assembleias Municipais e valorizar também o papel dos seus eleitos. Portanto, não vemos qualquer entrave e vamos votar favoravelmente esta proposta e saudamo-la.”

**6.1.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar nota que o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta. Em nosso entender, tudo o que forem propostas que reforcem o trabalho ou que valorizem o trabalho neste caso da Assembleia Municipal de Almada, mas Assembleias Municipais, enquanto órgão de fiscalização e de acompanhamento do trabalho das Câmaras Municipais, nós somos favoráveis. A Assembleia Municipal é genericamente, ou são genericamente os órgãos que são até mais representativos ou mais plurais daquilo que são as sensibilidades dos diversos Concelhos e, portanto, o seu papel deve ser valorizado. E nós entendemos que esta Associação que congrega as várias Associações Municipais do país e do qual está de facto a existir uma adesão generalizada dos diversos Municípios do país, nós entendemos que faz todo o sentido que Almada não fique de fora deste trabalho, não nos revemos numa postura de isolacionista quase do funcionamento do nosso Município.

Portanto, votaremos favoravelmente, saudamos a proposta do Senhor Presidente e saudamos também, apesar do Partido Socialista ser o Partido maioritário na Câmara Municipal, ou seja, ser o partido que venceu as eleições em 2017, isso não faz de modo algum, com que não entendamos que o trabalho da Assembleia Municipal de fiscalização e acompanhamento do trabalho da Câmara Municipal não seja fundamental. Temos mais democracia e mais escrutínio é sempre bom, é sempre importante e contrivui para o processo democrático. Nós



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

já o entendíamos quando não eramos Governo, quando estávamos na oposição, continuamos a entendê-lo quando estamos no poder e é por isso também que votamos favoravelmente esta proposta.”

**6.1.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Embora naturalmente as Assembleias Municipais sejam órgãos autónomos, é bom lembrar que nas autárquicas há 3 votos independentes, votos para as Freguesias, votos para Câmara Municipal e votos para a Assembleia Municipal, quero deixar aqui uma nota de contentamento pela apresentação desta proposta, até no sentido de relembrar o extraordinário trabalho em que de facto as Associações como a Associação Nacional de Municípios e a ANAFRE, têm feito, um trabalho importantíssimo ao nível do acompanhamento, da formação, do estudo até de legislação, do apoio aos membros de cada um destes órgãos e a cada uma destas Associações, e que de facto, considero que essas Associações têm sido preciosas para todo o processo democrático, para a consolidação cada vez maior do nosso processo democrático, também ao nível dos Municípios e também de alguma maneira das Freguesias, embora as Assembleias de Freguesia não tenham exatamente o mesmo estatuto, mas porque não, são Assembleias representativas de uma democracia que queremos cada vez mais forte, cada vez mais consolidada e cada vez mais participada. Portanto, agradeço esta proposta que foi apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.”

**6.1.3 –** Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 23 votos a favor sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; 14 votos contra do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta de União de Freguesia que o integram e 1 voto de abstenção do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Fernando Guedes, através da seguinte:

### **DELIBERAÇÃO**

*A Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) é uma pessoa coletiva de direito privado constituída nos termos do artigo 2º da Lei nº 54/98 de 18/8, que, nos termos do artigo 2º nº 1 dos seus Estatutos, tem como objeto “valorizar do papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos Municípios”.*

*Nos termos do artigo 3º dos Estatutos são associados da ANAM os Municípios, representados pelo Presidente da Assembleia Municipal, cujas Assembleias Municipais hajam deliberado a sua adesão à Associação.*

*Uma vez que o que se pretende é a representação institucional do Município, a deliberação de adesão deve ter a pronúncia dos dois órgãos que compõem a pessoa coletiva Município, ou seja, o órgão deliberativo e o órgão executivo.*

*A ANAM é constituída neste momento por uma maioria de Municípios a nível nacional, atingindo o número de 155 associados distribuídos pelo Continente e Regiões Autónomas, considerando-se oportuna e adequada a adesão do Município de Almada reforçando este movimento, sem pretender substituir, mas, ao contrário complementar, o papel da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), enquanto associação de direito público constituída nos termos do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12/9.*

*Assim, a Assembleia Municipal de Almada recomenda à Câmara Municipal que delibere a participação do Município de Almada na Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), e que, posteriormente, a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que delibere a adesão à ANAM, designando para representante do Município o Presidente da Assembleia Municipal.*

**6.2 –** Entrou-se no ponto 3.2 da ordem do dia relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Anual de Atividades para 2021 do Provedor dos Animais do Município de Almada”;

**6.2.1 –** Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Esta proposta já foi apresentada numa outra sessão, é exatamente nos mesmos termos, trata-se do Plano de Atividades que está previsto no Regulamento do Provedor dos Animais de Almada, que neste momento já foi aprovado, publicado e portanto, não há qualquer dúvida sobre essa matéria e que se resume muito brevemente na proposta do Senhor Provedor, é a organização de um corpo de voluntários de proteção animal, organização de encontros sobre saúde e bem-estar animal, ações de formação e sensibilização às forças de segurança e população em geral, angariação de alimentação e produtos básicos de higiene, organização de ações de sensibilização para o bem-estar animal nas escolas do Concelho, e naturalmente que para estas medidas a Provedoria necessita de apoio para aquisição de roupa identificativa, deslocações e estadia, aquisição de equipamento informático e aquisição de material promocional, dando um total de um orçamento de 15.000.00€ (quinze mil euros).”

**6.2.2** – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Galdes (CDU), Carlos Fernando Guedes (Ind.), José António Rocha (BE), António Francisco Salgueiro (PSD), Artur Jorge Alfama (PAN), o Senhor Vereador Nuno Miragaia Matias e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

**6.2.2.1** – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na Sessão de dezembro de 2020, a CDU apresentou um pedido para que esta proposta fosse retirada dessa sessão, que obteve na altura a concordância de uma larga maioria, não da generalidade, mas uma larga maioria dos Deputados Municipais, e essa questão foi colocada no sentido de que a proposta pudesse ser melhorada e pudesse ser apresentada de uma forma diferente. Infelizmente, a Câmara Municipal entendeu que não devia fazê-lo e coloca-nos aqui hoje exatamente, rigorosamente a mesma proposta que foi apresentada na sessão de dezembro. Portanto, não foi minimamente sensível, às preocupações de uma larga maioria dos Deputados Municipais que entenderam que, a proposta deveria ser melhorada. Nesse quadro a CDU irá abster-se nesta votação.”

**6.2.2.2** – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind.):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Parte do que eu ia dizer, já foi dito pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes, se calhar para grande incomodo do Senhor Deputado Municipal Pedro Matias, mas isso é o que menos nos deve preocupar.

De facto, aquilo que se constata é que, perante a reação que uma parte substancial desta Assembleia Municipal teve em dezembro, a opção foi ignorar essa reação e apresentar o mesmo documento.

Nesse sentido e antes de mais eu gostaria só de referir, no final do documento, da parte do texto, é dito que o Provedor necessita de verba para despesas de representação da Provedoria, que tem sido muito solicitada a participar em ações mesmo que externas ao Município de Almada. Eu tenho muitas dúvidas sobre a validade de tudo isto, mas irei também abster-me na votação do documento.”

**6.2.2.3** – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sejamos claros e não vamos voltar a criar aqui confusões onde elas não existem. Na Sessão da Assembleia Municipal referida, o Senhor Deputado Municipal João Galdes, não mencionou nunca, o teor da proposta. Lançou aqui sim, também, dúvidas sobre a regularidade e ilegalidade do Regulamento. E, portanto, a sessão está devidamente gravada, a proposta em si os seus fundamentos nunca foram debatidos e, portanto, não havia nenhuma razão para ser alterada porque não foi esse o objetivo do debate nesta Assembleia Municipal muito infelizmente. Portanto, eu quero aqui que seja claro. A questão aqui, se houvesse dúvidas expressas sobre a proposta em si mesma, o seu objeto, os seu Plano de Atividades era uma matéria, como não houve, houve sim mais uma vez uma confusão lançada sem qualquer fundamento legal e mais uma vez uma suspeição sobre a própria legalidade da Provedoria e o seu Regulamento, a proposta foi retirada. Aliás, tentaram que baixasse a uma Comissão, a Câmara Municipal não autorizou e, optaram por retirar-la. Volto a dizer, se tivesse havido



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

qualquer discussão sobre o objeto da proposta, a Câmara Municipal tinha reponderado, mas como não foi isso o objetivo da discussão, não há razões para ter alterado uma linha.”

### 6.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre este documento queremos deixar aqui algumas notas que nos parecem relevantes. Eu não poderia começar esta intervenção sem enaltecer o trabalho desenvolvido das diversas associações do nosso Concelho, na defesa dos direitos e bem-estar dos animais. E acrescentar, substituindo-se muitas vezes aquilo que deve ser a competência e responsabilidade do Município. Tal como é responsabilidade do Município de Almada, articular estratégias com estas associações e formular um plano que promova melhor desempenho destas suas atividades. Referir que tal como sabemos, os Municípios adquiriram novas competências com a nova legislação nesta matéria. E desde que foi proibido o abate, com responsabilidades acrescidas obviamente, garantir a segurança e o recolhimento dos animais. E esta é uma questão que temos inevitavelmente de colocar. Se estão criadas as condições para cumprimento dessa competência atribuída à Autarquia, de forma a garantir o seu recolhimento e segurança?

Iremos votar favoravelmente esta proposta, da nossa interpretação de que a criação desta figura do Provedor dos Animais, seja um complemento, um reforço de alguma forma, possa contribuir para alguma melhoria nesta atividade, nesta maneira. Mas sem, contudo, deixar de salientar a importância de o Provedor ter a mesma agenda que a Câmara Municipal de Almada neste assunto e não nunca uma agenda própria. E para o Bloco de Esquerda uma necessidade fundamental passa por um reforço de recursos humanos e de equipamentos e não apenas na base do voluntariado.

Para terminar, dizer apenas que iremos estar atentos a estas situações.”

### 6.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para recordar que, independentemente do que o Senhor Deputado Municipal João Galdes possa ou não ter dito na Sessão da Assembleia Municipal de dezembro, eu disse e também está gravado, que este documento era muito incipiente e recordo disser qualquer coisa como: “nem numa escola secundária numa associação de estudantes do ensino secundário, uma planificação deste tipo era aceitável”. Aquilo que foi dito agora pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha, é de facto também importante, o que está aqui em causa, é que nós andamos a mascarar dificuldades que se nos colocam no dia a dia e no trabalho das Autarquias, por manifesta falta de recursos humanos e materiais naquilo que é a luta não só das Autarquias, mas também de muitas associações que estão no terreno. Mas eu repito, independentemente de tudo isso, e de ter sido rerepresentado o mesmo documento incipiente, eu diria mesmo quase incompetente, eu abster-me-ei, não será por isso que o documento não passa.”

### 6.2.2.6 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No que refere à presente proposta de Plano Anual de Atividades para 2021, e sobre algumas das questões referidas numa outra sessão, e algumas dúvidas suscitadas, quero lembrar que o Serviço Veterinário e a Autoridade Sanitária Veterinárias Municipais, e as suas competências bem estabelecidas na Lei, e no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, não serem naturalmente permitidas, quaisquer interferências nessas competências seja por quem for, e muito menos pelo Senhor Provedor dos Animais, sobre o qual entendemos que, a par das associações, é mais uma ajuda complementar no reforço da proteção e do bem-estar animal no Concelho de Almada,

Sobre este Plano, quero realçar algumas das propostas como por exemplo, a realização do 2º Encontro Municipal de Segurança, Justiça e Saúde Animal no Concelho de Almada, do 1º Encontro de Associações e Cuidadores de Proteção Animal, bem como a angariação de alimentação, produtos básicos de higiene, que já se tem vindo a



processar, para distribuição e especialmente junto dos cuidadores, que muitas das vezes é com enorme sacrifício que conseguem alimentar os animais à sua guarda. Destaco ainda, a realização de algumas das campanhas de sensibilização que pare da que os serviços municipais desenvolvem, nunca são demais.”

**6.2.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas uma breve referência para saudar a aprovação que previsivelmente nos parece que finalmente irá acontecer esta noite, do Plano Anual de Atividades dos Animais do Município de Almada, como todos nós sabemos, foi instalado após proposta do PAN. É uma função que muita falta faz ao nosso Município e é uma função como já ouvi aqui dizer esta noite e muito bem, tem que ser um complemento a outras ferramentas, e a outros instrumentos, que o Município deve dispor. E nesse particular, reforçar uma vez mais, que é fundamental que o Município continue a investir e invista mais do que tem investido até agora, na contratação de recursos humanos para os seus serviços veterinários e continue a trabalhar de forma próxima com as associações, e que todas estas ferramentas em conjunto possam trazer aquilo que não duvido, que toda esta Assembleia pretende, que é a melhoria do bem-estar e das condições de vida dos animais do nosso Município.”

**6.2.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fazer uma referência que em boa hora se está a debater inclusivamente a criação de um Provedor do Animal Nacional. Ou seja, os Municípios mais uma vez deram o exemplo, avançaram com esta figura, criaram condições porque não há mistura de funções dentro daquilo que são os serviços veterinários municipais, nem a Autoridade Sanitária e Veterinária Municipal, são funções diferentes, complementares e uma Provedoria do Animal. Nós sabemos que é uma matéria muitíssimo importante, muito vasta, muito complexa, e que felizmente mobiliza muito a sociedade civil. E a função do Provedor, está muito bem definida, claramente definida, nos seus estatutos, no Regulamento, até ao nível da colaboração entre o que é a Câmara Municipal e a Provedoria e aquilo que é função do Provedor justamente nesta ligação, entre aquilo que são as funções municipais e uma sociedade civil que se mobiliza e que tem aqui também, um elo de ligação para uma melhor coordenação, uma melhoria de diálogo, não é que não haja, mas sim, para uma mobilização mais abrangente para esta causa que é muito complexa e que tem variantes muito diferentes.”

**6.2.2.9 – O Senhor Vereador Nuno Matias:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota que este é também mais um passo importante e pegando até aqui na intervenção do Senhor Deputado Municipal José Rocha, porque todos nós sabemos que a evolução legislativa levou a que um conjunto de responsabilidades recaíssem sobre os Municípios, na realidade sabendo todos nós, que não só em Almada mas em todo e qualquer Município do país, é difícil acudir a este conjunto de responsabilidades, porque os meios realmente são limitados, mesmo que tivéssemos muitos mais e nós precisamos de mais, eu reconheço como diz o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, que nós precisamos de mais recursos humanos no Serviço Veterinário, por exemplo, e que se pudéssemos ter mais meios, certamente conseguiríamos fazer mais. Mas mesmo que tivéssemos muitos mais meios, a verdade é que há aqui um trabalho em rede, que deve ser feito com as associações e eu relembro que neste mandato o executivo firmou dois protocolos plurianuais com duas associações fundamentais para este trabalho em rede, que é um apoio que dificilmente encontram paralelo a nível nacional de um apoio anual de 73.000.00€ (setenta e três mil euros, no conjunto das duas associações. Mas para além disso reconhecemos o papel dos cuidadores. Esse trabalho tem estado a ser feito com proximidade, e por isso é que também este trabalho, complementar como aqui já foi dito, porque não pode substituir nem de forma legal, nem de forma formal, os serviços municipais, que o Provedor é também importante para servir de forma aglutinadora, em conjunto com os serviços e em conjunto com a Autarquia, o papel dos cuidadores, o papel das associações e este trabalho em rede porque, verdade seja dita, não vale a pena estarmos com lirismos e eu acho que nenhum de nós aqui está, temos todos o mesmo objetivo, de promover o bem-estar animal, mas para isso temos que reconhecer que por muita boa vontade que exista nos



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

serviços municipais ou mesmo que tenhamos um orçamento municipal espetacular, nós só lá vamos com um trabalho em rede, voluntário, dedicado, apoiando quem no terreno, no seu bairro, junto da sua residência, através das associações, consegue com proximidade identificar necessidades e consegue também ajudar a intervir por proximidade. E esta estratégia faz-se com várias vertentes e a Provedoria em Almada é mais uma delas, como sempre dissemos desde o início, em que neste trabalho articulado, percebendo o papel de cada um, conseguimos levar mais longe esta ambição, se possível também com mais meios como é óbvio e verdade seja dita, desde o início do mandato já reforçamos bastante a capacidade de intervenção nesta área, seja até dos serviços municipais, seja até da intervenção no terreno e no apoio quer a cuidadores, quer a associações, e bem-vindo também, o projeto da Provedoria porque ajuda a dinamizar e a amplificar este objetivo e sobretudo a fazer pedagogia na certeza de que cada cidadão é um cuidador na promoção do espaço público, na promoção do bem-estar animal, e com esta lógica de que, de outra forma podíamos estar todos aqui muito empenhados apenas a reforçar maios municipais, porque por muito que aumentássemos mesmo assim não íamos conseguir fazer tudo aquilo que tem que ser feito com esta interajuda e este trabalho em rede.”

**6.2.2.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero deixar aqui uma palavra de apreço, de agradecimento, de dedicação ao Dr. Nuno Paixão, que de facto, tem abraçado este seu papel de Provedor com o empenho, a determinação e a dedicação que todos nós lhe reconhecemos aqui já em Almada e a competência. Portanto, quero deixar-lhe aqui também uma palavra de apreço e de agradecimento.”

**6.2.3 –** Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 23 votos a favor sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do leito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; e 15 votos de abstenção sendo 14 do Grupo Municipal da CDU incluindo dos Senhores Presidentes de Junta de Uniões de Freguesia que o integram e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Fernando Guedes, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal aprova o Plano Anual de Atividades para 2021 do Provedor dos Animais do Município de Almada, ao abrigo da alínea e), do artigo 8º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, Regulamento nº 791/2020, de 19 de agosto de 2020, bem como do disposto na alínea h, nº1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 14 de dezembro de 2020, que aprovou a proposta Nº 853-2020 (GP).*

**6.3 –** Entrou-se no ponto 3.3 da ordem do dia relativo à apreciação e votação da proposta de designação de um cidadão pela Assembleia Municipal para a equipa de análise técnica das propostas de âmbito municipal do Orçamento Participativo do Município de Almada;

**6.3.1 –** Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para informar o plenário que recebera, no prazo regimental, uma proposta de designação para esta função do Senhor Município António Anastácio;

**6.3.1.1 –** O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta tem a ver com a designação de um cidadão em representação da Assembleia Municipal para o Grupo de Trabalho de Análise das Propostas relativas ao Orçamento Participativo. Trata-se da eleição para um cargo de representação exterior à Assembleia Municipal, e como tal as propostas de candidatura deveriam ter sido apresentadas até ao início do período de antes da ordem do dia. Eu recebi uma candidatura apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, não tenho notícia de mais nenhuma candidatura, portanto a candidatura apresentada pelo Partido Socialista é do cidadão Senhor António Anastácio, que foi Presidente da



Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e é uma personalidade sobejamente conhecida no nosso Concelho. Portanto, é essa a proposta de candidatura que temos.

Tratando-se da eleição de uma pessoa, tem de ser feita essa eleição por voto secreto. Portanto, nos termos do Decreto-Lei 1A/2020, essa votação por voto secreto é feita numa Sessão Extraordinária convocada para o efeito, em que haverá uma mesa, uma urna, essa Sessão Extraordinária realizar-se-á no dia 24 de março e vai decorrer desde as 16H00 às 20H00.”

**6.3.2** – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS).

**6.3.2.1** – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como o Senhor Presidente da Mesa já referiu, a proposta de candidatura que o Partido Socialista faz para a indicação deste cidadão, tem em conta aquilo que nos parece que é o perfil de alguém que tem um percurso sobejamente conhecido no nosso Concelho. De facto, este projeto, o Orçamento Participativo, é algo que está em vigor e que a proposta do atual executivo, nos parece que é um projeto altamente meritório e que é um complemento para a democracia representativa do nosso Concelho, e, portanto entendemos que o cidadão Senhor António Anastácio, que foi Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, eleito nas listas do Partido Socialista mas como independente, pode cumprir esta função e enobrecer este órgão que se pretende que esteja a funcionar o mais rapidamente possível, de forma a que o Orçamento Participativo em Almada seja uma realidade e um sucesso como já é há muitos anos, noutros Concelhos do nosso país.”

**6.3.3** - Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a votação se realizará por voto secreto numa sessão presencial já convocada para dia 24 de março de 2021 nas instalações da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 3º nº 4 da Lei 1-A/2020 de 19 de março.

**6.4** - Entrou-se no ponto 3.4 da ordem do dia relativo à apreciação e tomada de conhecimento da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração à data de 31 de dezembro 2020: Compromissos plurianuais; Pagamentos em atraso e Recebimentos em atraso”;

**6.4.1** – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Lei dos Compromissos estabelece que os dirigentes das entidades têm de declarar os compromissos plurianuais recebimentos e pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior, que se encontram devidamente registados na base de dados. Dando cumprimento a estes normativos, apresentamos aqui na Assembleia Municipal, esta proposta, dizendo que a proposta tem um quadro dos compromissos plurianuais, que em 2021 ascendem a 28.628.924.98€ (vinte e oito milhões seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e vinte e quatro euros e noventa e oito cêntimos), em 2022, 8.823.924.09€ (oito milhões oitocentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e quatro euros e nove cêntimos), em 2023, 16.012.373.72€ (dezasseis milhões doze mil, trezentos e setenta e três euros e setenta e dois cêntimos). Isto diz respeito naturalmente a obras importantes, em curso e que naturalmente se prolongam por vários anos.

Importa também dizer neste sentido que, à data a Câmara Municipal não regista pagamentos em atraso há mais de noventa dias, e aliás, a Câmara Municipal continua a ser das Câmaras com os melhores índices de pagamento a tempo e horas, muitas vezes não chegando sequer aos noventa dias que é o prazo legal, nós não chegamos sequer aos sessenta dias e de uma maneira geral pagamos a semanas, portanto, não há razão para atrasarmos.

Nesse sentido os Senhores/as Deputados/as Municipais têm toda a documentação, estou naturalmente disponível para qualquer dúvida, mas penso que os documentos são muito claros e estão devidamente inscritos na base de dados.”

**6.4.2** – Não havendo pedidos de palavra deu-se por tomado conhecimento da proposta em apreciação.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**6.5** – Entrou-se no ponto 3.5 da ordem do dia relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Informática dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada. Designação dos membros de Júri”;

**6.5.1** – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Ângelo Salvado;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Proposta foi distribuída, é muito simples e está à vossa consideração.”

**6.5.2** – Não havendo pedidos de palavra, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a votação se realizará por voto secreto numa sessão presencial já convocada para dia 24 de março de 2021 nas instalações da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 3º n.º 4 da Lei 1-A/2020 de 19 de março.

**6.6** – O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário de que foi consensualizado na Conferência de Representantes que os pontos da ordem dia 3.6 relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU do Pragal, 3.7 relativo à Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Cacilhas”, 3.8 relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda” e 3.9 relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica” seriam apresentados em conjunto sendo votados separadamente.

**6.6.1** – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em boa verdade, tem sido a proposta que tenho feito ao longo destas Assembleias Municipais, a de poder apresentar em conjunto os Relatórios das ORU que têm à vossa consideração. Relatórios de Monitorização da ORU do Pragal, Cacilhas, da Sobreda e do Monte de Caparica. Estes Relatórios procuram dar conta precisamente do exercício das ARU. Estou completamente disponível sem mais delongas, dada a agenda desta reunião, para qualquer esclarecimento ou comentário que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais pretendam fazer relativamente a esta matéria e para já o coloco é à decisão da Assembleia Municipal Órgão Soberano, a aprovação destas ARU e destes Relatórios de Monitorização para que possam ser publicitados nos Órgãos do Município.”

**6.6.2** – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, o Senhor Presidente questionou a Assembleia se davam o acordo para que a votação das propostas se fizesse em conjunto, o que foi aceite por consenso.

**6.6.3** – Assim, passou-se à votação, tendo as propostas sido aprovada por unanimidade através das seguintes deliberações:

### **6.6.3.1 – DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples do Pragal e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de fevereiro de 2021, que aprovou a proposta Nº 29-2021 (DRRU).*

### **6.6.3.2 – DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de fevereiro de 2021, que aprovou a proposta Nº 28-2021 (DRRU).*

### **6.6.3.3 – DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Sobreda e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo*



20ª-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 fevereiro de 2021, que aprovou a proposta N.º 27-2021 (DRRU).

#### **6.6.3.4 – DELIBERAÇÃO**

A Assembleia Municipal apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples do Monte de Caparica e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20ª-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de março de 2021, que aprovou a proposta N.º 30-2021 (DRRU).

**6.7** – Entrou-se no ponto 3.10 da ordem dia relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e GOP de 2021”;

**6.7.1** – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é uma alteração habitual sendo que este ano as alterações introduzidas pela CNC-AP – Comissão de Normalização Contabilística para Administrações Públicas, que fazem com que os fluxos de caixa são aprovados logo no início do ano, algo que nós fizemos e que nos permite de imediato ou mais cedo do que era habitual nos anos passados, que era só com o fecho de contas que acontece, vai acontecer agora final de março e abril, permite-nos desde já poder incorporar um saldo de gerência do ano anterior. Neste sentido o ano de 2020, nós tínhamos inserido a totalidade do saldo de gerência como os Senhores/as Deputados/as Municipais se recordam certamente, no final do ano temos um saldo de 24.000.000.00€ (vinte e quatro milhões de euros) e neste sentido propomos uma incorporação de saldo na ordem dos 18.000.000.00€ (dezoito milhões de euros) depois com um reforço, eu não vou ler o reforço de todas as rubricas, mas dar naturalmente destaque a algumas delas.

Dito isto, importa lembrar que não incorporamos 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) por uma razão lógica, que se prende com a incerteza relativamente às receitas, ao resultado ainda das receitas, do impacto do ano de 2020, o ano de pandemia como nós todos sabemos, e que se repercute só neste ano de 2021, e certamente ainda em 2022. Nesse sentido nós temos é bom lembrar, um orçamento de base que é o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Almada, e então com este reforço de 18.500.000.00€ (dezoito milhões e quinhentos mil euros) ainda mais.

Quero destacar algumas das rubricas em que reforçamos. Estamos a reforçar as rubricas de combate à pandemia com um montante de 892.500.00€ (oitocentos e noventa e dois mil e quinhentos euros), o que configura num total de 4.900.000.00€ (quatro milhões e novecentos mil euros); reforçamos também a ação escolar com 769.000.00€ (setecentos e sessenta e nove mil euros) o que dá um total de 4.700.000.00€ (quatro milhões e setecentos mil euros) arredondando, no orçamento final; a ação social com 294.140.00€ (duzentos e noventa e quatro mil e cento e quarenta euros) num total de 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros); o 1º Direito um reforço de 400.000.00€ (quatrocentos mil euros) e um total de 2.300.000.00€ (dois milhões e trezentos mil euros); a manutenção do parque habitacional municipal com 265.000.00€ (duzentos e sessenta e cinco mil euros) o que dá um total de 550.000.00€ (quinhentos e cinquenta mil euros), importa lembrar que nesta questão da manutenção do parque habitacional, já estão em curso candidaturas ao 1º Direito, uma delas são 700.000.00€ (setecentos mil euros) e outra também seguirá, e, portanto há aqui também um complemento que se vai acrescentar a estas rubricas; ao nível da requalificação do território temos um acréscimo de 1.383.000.00€ (um milhão trezentos e oitenta e três mil euros) para um total de 4.800.000.00€ (quatro milhões e oitocentos mil euros); na higiene urbana temos um reforço de 2.145.000.00€ (dois milhões cento e quarenta e cinco mil euros) o que dá um total de 9.100.000.00€ (nove milhões e cem mil euros), importa lembrar que aqui está o impacto também das tarifas de TGR e da AMARSUL, há de facto, um encargo, a higiene urbana tem merecido da nossa parte um grande reforço ao nível de verbas disponíveis, mas é verdade também que a questão dos resíduos está a tornar-se uma questão muito complicada e que deve ser debatida muito claramente pelos Municípios juntamente com o Governo, é algo que também temos feito passar, porque os encargos reconhecendo nós a importância de tomar medidas para promover a reciclagem, temos a nossa candidatura



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

para a instalação de um sistema de recolha de bio resíduos, mas está-se a tornar incomportável as tarifas que estão a ser aplicadas, portanto, pode pôr em causa depois outros investimentos também, e isso pode ser dramático. Um reforço também nas atividades culturais de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) o que dá um total de 4.800.000.00€ (quatro milhões e oitocentos mil euros) e um reforço também muito significativo para a rede viária de 1.800.000.00€ (um milhão e oitocentos mil euros) o que dá um total de 7.500.000.00€ (sete milhões e quinhentos mil euros).

O que acabei de ler não dá a totalidade dos 18.000.000.00€ (dezoito milhões de euros) mas são os reforços também mais significativos, sendo que há também um reforço ao nível das rubricas de impostos e rubricas de Secretaria Geral, que justamente face a incertezas, tanto 2020 como 2021, são anos de facto, de grande incerteza.

Importa lembrar que o saldo disto tudo é que de facto desde 2017 a 2021, temos vindo a aumentar sistematicamente o nosso orçamento, o que é uma coisa boa, tem nos permitido ter aqui um maior folgo para projetos muito estruturantes e investimentos muito estruturantes, que são de facto mais pesados a realizar e que não escondo que o ano passado foi um ano muito difícil, não apenas para nós, mas para todos os Municípios, foi muito difícil também com uma série de concursos adiados, vazios, falta de concorrentes e atraso nalgumas obras, até porque o setor da construção embora nunca tenha parado, é verdade que houve imensas interrupções e aqui dar também uma palavra às empresas que nos prestam estes serviços, aos empreiteiros que ganham os concursos públicos que lançamos e aos trabalhadores sobretudo, que trabalham nessas empresas, e que também foram muito atingidos pela pandemia e Deus sabe se eles nunca pararam de trabalhar. Portanto, acho que é nosso dever dar aqui um reconhecimento também para todos esses trabalhadores que estiveram sempre a trabalhar e que também foram muito fustigados pela doença. Portanto, aqui também o nosso respeito por eles e o nosso agradecimento que apesar de tudo, foi possível avançar com muitos dos investimentos previstos, às vezes não com a celeridade que nós gostaríamos, que todos desejaríamos, todos desejaríamos estar a viver outras condições.

Portanto, de uma maneira geral, é esta a revisão que vos propomos estando naturalmente disponíveis para questões que queiram colocar. Mas é o procedimento que vai no sentido que nós temos defendido, uma boa gestão, uma gestão rigorosa, eficaz e que tem dado de facto, frutos, porque é verdade que as nossas receitas têm subido e tentemos disponibilizar esses montantes para a população.”

**6.7.2** – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas uma pequena intervenção em relação a este documento, esta proposta de alteração orçamental. Dizer que o executivo tem acordo da maioria e legitimidade para o fazer, mas o Bloco de Esquerda mantém a sua votação sobre o orçamento na sua globalidade e não na forma como o executivo entende que o deve gerir. Portanto, em coerência e na sequência do voto do orçamento, o voto da bancada do Bloco de Esquerda será contra esta proposta.”

**6.7.3** – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 20 votos a favor sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 18 votos contra, sendo 14 do Grupo Municipal da CDU incluindo dos Senhores Presidentes de Junta de União de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Fernando Guedes, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal aprova a proposta de alteração modificativa ao Orçamento e Opções do Plano de 2021, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de março de 2021, que aprovou a proposta Nº 162-2021 (DACA0).*



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7k

**6.8** – Entrou-se no ponto 3.11 da ordem dia relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Disponibilização lote de terreno localizado nas traseiras da Escola Cacilhas – Tejo, Margueira Nova, em Almada para habitação através de auto de cessão pelo IRHU”;

**6.8.1** – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No âmbito do Decreto-Lei nº 82/2020, que vem regular a realização do inventário do património imobiliário do Estado, com aptidão para uso habitacional, e a criação de uma bolsa de imóveis do Estado para habitação, veio o IHRU a 9 de dezembro, consultar o Município para que se pronunciasse sobre se pretendia ver disponibilizado o lote de terreno localizado nas traseiras da Escola Secundária de Cacilhas Tejo, com uma área bruta de construção de 5.900m<sup>2</sup> e uma área bruta privativa de 4.100m<sup>2</sup>. O prazo da resposta máxima era 45 dias, constituída a não resposta uma pronuncia negativa.

A Câmara Municipal foi naturalmente visitar o espaço, e é um terreno muito bem localizado, e após a análise dos serviços e inclusivamente dos custos para a sua construção, os serviços apresentaram-me, nós tínhamos um espaço temporal relativamente curto para toda a avaliação que era preciso fazer, a proposta de pronuncia positiva, o imóvel é transmitido gratuitamente para o Município, portanto, não tem encargos para o Município, compromete-se o Município no prazo de 60 meses, dever disponibilizar o imóvel para habitação de Renda Acessível, Arrendamento Apoiado ou Renda Condicionada, pelo prazo de 25 anos.

Esta aquisição entra naturalmente daquilo que é a nossa Estratégia Local de Habitação, portanto os investimentos que estamos a prever fazer também nessa área, e por isso optamos por exercer o direito e aceitar o imóvel.

Devo dizer que durante essas conversações, e durante essa avaliação, também foi feita uma reunião com o IHRU que por seu lado também está empenhado na criação de fogos aqui em Almada, reconhece a dificuldade. Este terreno permite a construção de cerca, “de cerca”, não certo devido à tipografia do terreno, mas cerca de 80 fogos, que depois só com um projeto de especialidade é que poderemos verificar, e o IHRU veio aliás, no seguimento, propor que uma vez que a Câmara Municipal tenha formalizada esta aceitação, poderemos fazer aqui à semelhança do que fizemos no PIA, uma pareceria até para a construção destes fogos. Só que enquanto no PIA os 3.500 fogos, estamos a falar de terrenos do IHRU, mas onde também foi feito uma pareceria entre a Câmara Municipal e o IHRU, aqui haver também a possibilidade dessa pareceria, só que num terreno agora da Câmara Municipal. É sobre essa pareceria que ainda estamos a trabalhar, e, portanto, ainda não é uma realidade, naturalmente também será trazida pelos órgãos competentes, mas o primeiro passo é este que nós estamos a dar aqui, que é de facto, a Câmara Municipal vem solicitar à Assembleia Municipal que possa ratificar a minha comunicação após ela ter sido também já apresentada em reunião de Câmara.

Acho que é mais um passo importante, de facto, para a Estratégia até porque nós temos estado a fazer o levantamento dos vários espaços possíveis para construção de habitação, e uma resposta de habitação variada, porque há de facto, largas camadas da população diferenciada seja para Renda Acessível, Renda Apoiada ou Renda Condicionada, há todo os tipos e nessas várias tipologias que a Câmara Municipal de Almada também está a basear a sua Estratégia.”

**6.8.3** – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade através da seguinte

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal aprova por ratificação, nos termos do nº 1, alínea i), do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo o ato objeto do ofício nº 32/GP/2021 de 12/2/2021 da Senhora Presidente da Câmara, no que se refere à promoção direta pelo Município do imóvel do Estado para habitação, constituído por um lote de terreno localizado nas traseiras da Escola Cacilhas-Tejo, Margueira Nova, em Almada, com uma área bruta de construção de 5.900m<sup>2</sup> e uma área bruta privativa de 4.100m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial*



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

*urbana a art.º 5830 da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 653, na sequência do ofício de auscultação do IRHU com a referência nº 873953 de 09.12.2020 – DL nº 82/2020 de 02/10, nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de março de 2021, que aprovou a proposta Nº 164-2021 (DHABIT).*

**6.9** – Entrou-se no ponto 3.12 da ordem dia relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2021”;

**6.9.1** – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como sabem a WEMOB é uma empresa municipal, de capital exclusivamente municipal, os seus subsídios à exploração dependem em grande parte de Contrato-Programa, nos termos definidos pela Lei. O anterior Contrato-Programa vigorou até ao final do ano 2020, pelo que importa aprovar um novo e aliás, de uma maneira geral os Contratos-Programa eram aprovados relativamente tarde e estamos a tentar aprovar o mais cedo possível estes Contratos-Programa. De uma maneira geral, esse Contrato-Programa diz respeito aquelas que eram e sempre foram as competências da WEMOB, antes ECALMA e estamos a falar de competências cuja condição é que tenham receitas operacionais inferiores aos custos se praticarem políticas condicionais por fatores de ordem social ou que não tenham associado qualquer tipo de receita e é isso que acontece nestas atividades, estamos a falar da gestão e exploração do Flexibus, a gestão e exploração de 5 parques de estacionamento assim como, do Parque de Estacionamento D. Afonso Henriques, a gestão e fiscalização de estacionamento para residentes, que tem naturalmente os benefícios de residentes e há também uma matéria que é uma matéria fundamental para o nosso Município, que é a remoção de veículos abandonados, veículos em fim de vida, e que muitas vezes era o objeto de adenda deste Contrato-Programa e que não há razão para que assim não aconteça e que está por isso incorporado à partida neste Contrato-Programa.

Há uma matéria, porque aliás, normalmente tem sido esse o argumentário quando se quer votar contra, que é muito importante e que é, este Contrato-Programa é nos exatos termos em que sempre foi criado e sempre existiu para a ECALMA. Portanto, não tem qualquer tipo de alteração. Ou seja, mesmas as novas competências, as novas funções, da WEMOB, têm receitas associadas, pelo que não entram neste Contrato-Programa. É fundamental para a estabilidade da empresa, para a defesa dos postos de trabalho e dos salários e as boas finanças que este Contrato-Programa possa ser aprovado para até, num ano que mais uma vez, já depois do ano de 2020 que, com todas as dificuldades que os Senhores/as Deputados/as Municipais conheceram e vivenciaram como nós, com grande preocupação, apesar de ter sido rapidamente resolvido, mas que importa que não volte a acontecer este ano e que não haja qualquer perturbação ao nível justamente do equilíbrio financeiro da empresa.

Quero só lembrar que, têm também o detalhe de cada uma das atividades, que perfazem um total de 499.000.00€ (quatrocentos e noventa e nove mil euros) e que poderei depois detalhar se assim o desejarem.”

**6.9.2** – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 20 votos a favor sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; 14 votos contra do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta de União de Freguesia que o integram e 4 votos de abstenção sendo 3 do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Fernando Guedes, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal aprova o Contrato Programa para 2021 entre o Município de Almada e a Wemob - E.M., S.A., ao abrigo do nº 1, alínea n), do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do nº 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de março de 2021, que aprovou a proposta Nº 189-2021 (GP).*



**6.10** – Entrou-se no ponto 3.13 da ordem dia relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município de Almada à organização Mayors for Peace”;

**6.10.1** – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Organização Mayors for Peace foi fundada em 1982, por iniciativa das Cidades de Hiroshima e Nagasaki, e têm como objetivos fundamentais lutar pela abolição das armas nucleares e trabalhar na construção de cidades mais resilientes.

Como contrapartida para a adesão, pela qual os Municípios pagam uma quota anual de cerca de 16.00€ (dezasseis euros), a organização oferece aos seus membros sementes de árvores que sobreviveram aos bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki, um programa de intercambio de jovens, a organização financia a viagem e estadia de jovens dos Municípios membros para participarem na “Internacional Youth Conference for Peace in the Future” uma conferência internacional de jovens para a paz no futuro; uma competição de arte para crianças que desde 2018 a organização organiza para crianças entre os 6 e 15 anos dos Municípios membros, assim como uma exposição posters relacionados com a luta contra as armas atómicas, os posters são fornecidos pela organização e testemunhos de sobreviventes de Hibakusha online, a pedido dos Municípios membros, a organização pode garantir a presença em eventos online destes sobreviventes.

Estamos a falar de uma organização que nasce de duas cidades muito fustigadas e que não vale a pena lembrar, penso que todos nós temos presente a tragédia destes bombardeamentos, mas lembrar que estes combates, importa manter a memória e sobretudo importa manter-se atento que o debate em torno das armas nucleares não é algo do passado, é algo que ainda está bem vigente e que de facto, estas armas de destruição maciça são algo que nos devem preocupar, sobretudo no que está longe de ser um mundo pacífico. Não quero ser pessimista, mas as vezes tendemos a achar que o mundo está em paz, mas acho que nunca houve tanta guerra como agora, de forma tão generalizada e tão prolongada. Portanto, acho que nos compete a todos fazer a nossa parte para construir sobretudo de forma pedagógica junto dos mais novos esta consciência da importância de salvaguardar a paz. Seria naturalmente para nós uma honra poder fazer parte de mais esta rede, quero só lembrar que no seio da Área Metropolitana de Lisboa já aderiram os Municípios de Lisboa, de Amadora e de Cascais e que naturalmente Almada terá certamente grande espaço, Almada é um Município de tradição de luta pela Liberdade, pela democracia e pela paz. Portanto, faz todo o sentido que possa aderir a esta rede de Mayors for Peace.”

**6.13.2** – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal aprova a adesão do Município de Almada à organização Mayors for Peace, ao abrigo do nº 1, alínea n) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de março de 2021, que aprovou a proposta Nº 192-2021 (GP).*

**6.11** – Entrou-se no ponto 3.14 da ordem dia relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada”.

**6.11.1** – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira;

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Os Conselhos Municipais de Segurança, são como sabeis entidades de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva de articulação, de cooperação, coordenação e informação. O Decreto-Lei Nº 32/2019, veio proceder a uma alteração à Lei de Conselhos Municipais, à Lei em concreto é a 33/98, de 18 de julho, introduzindo alterações significativas no Regulamento até agora em vigor e nomeadamente produzindo as seguintes alterações que passarei a ler:

O Conselho Municipal de Segurança passa a funcionar em conselho alargado e conselho restrito;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Os cidadãos passam a ter voz e a poder intervir nestas mesmas reuniões;

O Conselho alargado passa a ter competências para dar parecer sobre o controlo da delinquência juvenil e ainda sobre os programas de policiamento de proximidade.

Assim sendo, o Serviço Municipal de Proteção Civil, elaborou uma proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, proposta esta, hoje que está à vossa consideração.

Esta proposta foi alvo de parecer e de contributos do lado dos serviços de apoio jurídico, os contributos estão vertidos nesta mesma proposta, e no passado dia 10 de dezembro de 2020, realizou-se uma reunião de Conselho Municipal de Segurança para aprovação desta proposta de regulamento e foi aprovada.

Terá que vir naturalmente como vem hoje à Assembleia Municipal, para vossa aprovação e para que finalmente dotado de um regulamento, o Conselho Municipal de Segurança, possa funcionar de forma abrangente e fazer a sua primeira reunião no ano de 2021.

Está à vossa consideração estando eu disponível para todos os comentários e todos os esclarecimentos que entendam por convenientes.”

**6.11.2** – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Galdes (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS) e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

**6.11.2.1** – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós vamos votar favoravelmente esta proposta na sua generalidade, mas queremos colocar aqui uma questão que tem a ver com o seguinte: esta proposta faz a adaptação à realidade municipal do Decreto-Lei de 2019, é um facto, e no artigo 4º, altera aquilo que era a composição anterior do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos e alterações entre as quais está eliminação dos cidadãos eleitos pela Assembleia Municipal como representantes neste Conselho.

No artigo 5º, nº 2, referir os cidadãos eleitos pela Assembleia Municipal, ora bem, é uma questão de detalhe, é uma questão que não é aplicável, uma vez que a Assembleia Municipal não elege cidadãos, mas já que estamos a tratar de um regulamento em que o rigor se impõe, nós gostaríamos de suscitar a retirada deste nº 2, do artigo 5º, que efetivamente não tem aplicabilidade e não tem sentido neste regulamento. Isso não impede necessariamente o voto favorável da bancada da CDU.”

**6.11.2.2** – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostava de fazer aqui uma pequena intervenção, dado aquilo que é a importância desta alteração que está a ser feita. Como disse a Senhora Vereadora Francisca Parreira, e muito bem, esta alteração surge no seguimento da aprovação do Decreto-Lei que faz uma alteração profunda aquilo que é o funcionamento dos Conselho Municipais de Segurança, e essa alteração que está aqui espelhada efetivamente, neste regulamento que agora nos é proposto à discussão e à votação. E essa alteração profunda, que este Decreto-Lei nos trouxe e que agora passaremos a aplicar também no Conselho Municipal de Segurança em Almada, é o facto de existirem dois níveis de conselho municipal, um conselho municipal mais restrito, com mais poderes atribuídos do que aqueles que existiam anteriormente e um conselho municipal alargado que também tem mais competências nomeadamente no que respeita à sua participação e à emissão de pareceres daquilo que são políticas de policiamento de proximidade, nomeadamente contratos locais de segurança, programas escola segura e tudo isso que, com esta alteração que é uma alteração profunda, o Município tem as condições necessárias no seu conselho restrito de fazer um trabalho muito mais profícuo, informado, uma participação ativa naquilo que são as políticas de segurança no nosso Concelho. E esta matéria é tão ou mais importante que, todos nós sabemos que no que respeita às questões de segurança e mesmo de proteção civil, o trabalho em rede é fundamental. E o trabalho das Autarquias é fundamental nesta matéria. São de facto, matérias que não têm propriamente competência por parte das Autarquias, são matérias de soberania nacional, obviamente, mas cada vez mais no que respeita



JK

à proximidade e às políticas de segurança de proximidade, o papel da Câmara Municipal e dos seus autarcas é fundamental e eles são já, informalmente um parceiro fundamental para aquilo que é o trabalho das nossas forças de segurança e agora esta alteração que foi feita vai trazer esse formalismo e permitir que num ciclo restrito se tomem decisões efetivas e que os Municípios possam efetivamente ter uma palavra a dizer naquilo que são as políticas de segurança do nosso Concelho.”

**6.11.2.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Galdes, uma das inovações que de facto, a alteração à legislação à Lei Geral dos Conselhos Municipais de Segurança trouxe, foi efetivamente, a possibilidade de publicamente qualquer cidadão à semelhança das reuniões públicas de Câmara e das Sessões da Assembleia Municipal, poder participar publicamente destes órgãos. Ainda assim, não consideramos, para além do artigo 4º ter elencado vertida a alteração legislativa e, portanto, produzida, ter vertida a questão das entidades que devem participar e que deverão participar nestes órgãos, e o artigo 5º ter no nº 1, a determinação de que os membros designados quer no âmbito da alínea e), quer dos seguintes artigos considerados no artigo 4º, podem ser substituídos pela entidade que os nomeia. Ainda assim, e se está recordado nós já tivemos esta conversa em anteriores Sessões da Assembleia Municipal, em que o Senhor Deputado Municipal me colocava a questão concreta, se os cidadãos passariam a intervir ou não ou se haveria cidadãos eleitos pela Assembleia Municipal neste órgão. De tal sorte, que me questionou também nessa altura e eu estou recordada tenho essa memória, se o Conselho Municipal passaria a ser ou Conselho Municipal de Segurança ou se continuaria a ser Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos. E eu acho que lhe respondi nesse momento. Nós não quisemos de deixar a porta aberta à possibilidade de se assim se vier a entender, haver nomeação de cidadãos pela Assembleia Municipal que possam integrar este órgão. Ainda que, a Lei em concreto, e a alteração legislativa produzida, não o tome como sendo uma obrigatoriedade. E por isso, eu entendo, salvo melhor opinião, esta proposta foi analisada juridicamente, eu aqui sou Vereadora, só isso, mas salvo melhor opinião, eu não considero que seja prejudicial a manutenção deste nº 2, e pelo que proponho a não retirada do nº 2, do artigo 5º. E Agradeço Senhor Deputado Municipal ter antecipado que iria votar favoravelmente isso também naturalmente, ajuda a orientar a resposta que também lhe dei.”

**6.11.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para reafirmar aquilo que disse na minha intervenção inicial, não é esta questão decisiva relativamente ao Regulamento que estamos a aprovar. Mas, não havendo cidadãos eleitos ou designados pela Assembleia Municipal, parecia-nos e parece-nos que era despiciente ter um artigo que fala nos cidadãos designados pela Assembleia Municipal. Mas não tem aplicabilidade, fica assim. Da nossa parte não tem obviamente nenhum problema de maior essa questão.”

**6.11.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade através da seguinte:**

**DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal aprova a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, nos termos do nº 1, alínea g), do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei nº 32/2019, de 4 de março, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de março de 2021, que aprovou a proposta Nº 194-2021 (SMPC).*

**6.12 – Usou ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer uma comunicação:**

**6.12.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

Muito brevemente dizer que, como é do conhecimento de todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, ontem foi apresentado o Projeto de Inovation District, nós estamos também a preparar uma apresentação que teremos todo o gosto depois a que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais possam ver, assistir, que já vai estar disponível o vídeo de apresentação que foi feita e que naturalmente também, até seguindo o princípio da recomendação que foi aprovada logo no início desta reunião, teremos também todo o gosto em fazer as sessões junto da população do Monte de Caparica, para apresentação de um dos projetos penso eu, mais estruturantes para Almada e que é de facto o fruto de uma cooperação extraordinária entre a Câmara Municipal e uma série de promotores privados e liderados naturalmente pela Universidade Nova de Lisboa, graças ao seu Campus da FCT. Deixar aqui também esta nota de que gostaríamos depois de contar com todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais para esta apresentação.”

7 – Tendo-se terminado a apreciação de todos os pontos da agenda da reunião deu-se por concluída a reunião, sendo cerca das 23H55.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as João Luís Couvaneiro, Francisca Luís Parreira, Maria Teodolinda Silveira, Nuno Miragaia Matias, Miguel Ângelo Salvado, Joaquim Miguel Judas, José Manuel Gonçalves, António José Matos, Tiago David Costa Galveia e Luís Manuel Salgueiro.

9 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

Paulo Vieira